



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSOS
LETRAS PORTUGUÊS

DIMENSÃO 1 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

HISTÓRICO DA UFPA

Histórico Institucional da Universidade Federal do Pará (UFPA)

A Universidade Federal do Pará (UFPA) foi criada durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), que promoveu um grande incentivo à implementação de obras públicas. Estabelecida pela Lei nº 3.191, de 2 de julho de 1957, englobou os primeiros cursos oriundos de faculdades estaduais, federais e particulares de Belém, incluindo Medicina e Cirurgia, Direito, Farmácia, Engenharia, Odontologia, Filosofia, Ciências e Letras, além de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais. Uma das características mais marcante da identidade da UFPA, desde a sua fundação, é o foco progressista, plural e democrático.

Em 12 de outubro de 1957, foi aprovado o primeiro estatuto da UFPA por meio do Decreto nº 42.427, que estabeleceu diretrizes para a política educacional da universidade. O professor Mário Braga Henriques foi o primeiro reitor, exercendo a função de novembro de 1957 a dezembro de 1960, e foi sucedido pelo professor José Rodrigues de Silveira Netto, que permaneceu até julho de 1969.

Os planos de reestruturação da UFPA tiveram início na gestão de Silveira Netto, quando ocorreu a primeira reforma estatutária e a primeira proposta de reestruturação, através da publicação da Lei nº 4.283, em setembro e novembro de 1963, respectivamente. Nessa fase, a UFPA reorganiza a sua geografia, deixando de funcionar em 20 prédios dispersos pela cidade de Belém e se instalando às margens do rio Guamá, numa área de 471 hectares.

Na gestão do reitor Aloysio da Costa Chaves, uma nova reestruturação foi implementada a partir do Decreto nº 65.880, em 16 de dezembro de 1969. Nessa nova reestruturação, entre

1969 e 1973, foram definidas as funções dos departamentos e a criação de centros, além da implantação da Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP), que visava impulsionar a pesquisa no estado.

A UFPA ficou sob a égide de Clóvis Cunha da Gama Malcher, entre 1973 e 1977, seguido por Aracy Amazonas Barreto até 1981. Nesse período, foi dada atenção ao regimento da UFPA, realizando-se uma revisão regimental que culminou na aprovação de um novo regimento em 1978 pelo Conselho Federal de Educação.

Entre as décadas de 80 e 90, a reitoria passou por uma sequência de mandatos que se estenderam até 2000. Foram reitores, neste período, Daniel Queima Coelho de Souza (1981-1985), José Seixas Lourenço (1985-1989), Nilson Pinto de Oliveira (1989-1993), Marcos Ximenes Ponte (1993-1997) e Cristovam Wanderley Picanço Diniz (1997-2001).

Na primeira década dos anos 2000, a UFPA foi gerida pelo professor Alex Bolonha Fiúza de Mello. Durante sua gestão, novos regimentos e estatutos surgiram, criando uma estrutura administrativa que incluía a formação de Faculdades e Institutos. Nesse período, a UFPA começa a consolidar a sua estrutura multicampi a partir do Programa de Apoio à Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que visava ampliar a infraestrutura física e a quantidade de vagas nos cursos de graduação. Além disso, a partir de 2005, a UFPA estabelece sua política de ações afirmativas, aprovando a Resolução n. 3361/2005, que estabelece as cotas para estudantes egressos de escola pública e, dentre essas, para estudantes negros. O sistema de cotas foi ampliado em 2009 a partir da aprovação das Resoluções n. 3869 e n. 3883. A primeira instituiu a reserva de vagas para indígenas e a segunda para PcD.

Em 2009, a UFPA inicia o processo de desmembramento de unidades regionais para a criação de novas universidades. As primeiras universidades oriundas desse processo são a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Mantinha-se ainda a proposta de avanço do projeto de interiorização, com a expansão de cursos e criação de novos campi.

De julho de 2009 a maio de 2016, sob a reitoria de Carlos Edilson de Almeida Maneschky, a UFPA ampliou sua infraestrutura com a construção de aproximadamente 135 novas instalações e um aumento de 65% no corpo estudantil. A qualidade acadêmica também melhorou, refletida no Índice Geral de Cursos (IGC), que cresceu de 2,63 em 2009 para 3,00 em 2014.

Em maio de 2016, após a renúncia de Maneschky, o vice-reitor Horácio Schneider assumiu a reitoria interinamente, e em 6 de outubro de 2016, Emmanuel Zagury Tourinho tomou posse

como reitor, com Gilmar Pereira da Silva como vice-reitor, para o quadriênio de 2016 a 2020.

Sob a responsabilidade dos professores Emmanuel Zagury Tourinho e Gilmar Pereira da Silva, reeleitos para o mandato 2021-2024, a UFPA atravessou a pandemia de COVID-19, garantindo que a instituição mantivesse sua responsabilidade social em diversas frentes com a distribuição de insumos de segurança, produzidos nos laboratórios da UFPA, o estabelecimento de um grupo de monitoramento que emitia boletins sobre os dados da pandemia, a manutenção das atividades de ensino a partir da estrutura de rede da UFPA e a criação de apoio tecnológicos a discentes que não dispunham de computadores para acompanharem as aulas assim como a manutenção dos programas de assistência a estudantes em vulnerabilidade socioeconômica.

A partir de outubro de 2024, assume a reitoria da UFPA o professor Gilmar Pereira da Silva e a professora Loiane Prado Verbicário com a proposta de uma universidade com olhar para a interiorização e gestão baseada no diálogo com as unidades da UFPA localizadas no interior do estado. Com doze campi, sediados em Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Belém, Bragança, Breves, Cametá, Capanema, Castanhal, Salinópolis, Soure e Tucuruí, as atividades da UFPA alcançam 78 municípios paraenses e, embora a pauta sobre políticas de inclusão já tenha um histórico longo na instituição, é a primeira vez, desde sua criação, que o mais alto posto institucional é ocupado por uma pessoa negra e oriunda de um dos campi do interior do estado.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Letras do Campus Universitário de Bragança, constituído em conformidade com a Lei nº 9394/96 e subsequente legislação referente às licenciaturas, reconhecido pela Resolução nº 3.593, de 10 de setembro de 2007, resultou de um longo processo de reflexão e reformulação. Desde o momento inicial dessa discussão, tem-se procurado elaborar um projeto que contribuía para uma formação inicial mais ampla, crítica e alinhada às práticas sociais e tecnológicas contemporâneas. O objetivo é possibilitar que os(as) egressos(as) do curso tenham melhor embasamento para o desempenho de suas atividades profissionais e, por conseguinte, possam se inserir de maneira mais competente no processo de construção da cidadania e de uma sociedade mais justa.

Assim é que este projeto incorpora quatro novos aspectos em relação ao projeto anterior: a) uma prática mais alinhada às demandas hodiernas de inovação e de uso crítico e ético das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) face às interações em língua materna e ao seu processo de ensino-aprendizagem; b) a perspectiva interdisciplinar; c) a flexibilização curricular; e d) uma abertura efetiva para atividades de pesquisa e extensão de forma indissociável, já que, constitucionalmente, o ensino, a pesquisa e a extensão são

funções precípua da universidade.

A linguagem, em suas variadas manifestações, é um elemento fundamental de organização da sociedade e das relações sociais, constituindo o cerne do percurso acadêmico. Por esse motivo, o trabalho com as diversas práticas semióticas leva em consideração os múltiplos contextos de letramento, tendo em vista que o mundo atual é marcado pela influência dos meios de comunicação de massa, particularmente da rede mundial de computadores e da televisão.

Todo esse trabalho com as diversas linguagens, em busca da significação social de suas práticas, está ancorado em uma sólida formação praxiológica, compreendendo que teoria e prática estão imbricadas no processo de formação docente. Além disso, faz-se mister ressaltar que este projeto está intimamente relacionado aos interesses e particularidades da chamada região bragantina.

O curso de Letras existe desde que foi implantada a Universidade Federal do Pará em Bragança, em 1987. Junto, à época, com História, Matemática e Pedagogia, o curso de Letras veio passando por diversas modificações, sobretudo na sua forma de oferta e na sua matriz curricular. O Campus de Bragança (doravante CBRAG) também passou por diversas mudanças que acabaram por torná-lo o que é hoje. Tivemos a implantação dos cursos de Engenharia de Pesca, Licenciatura em Biologia e, mais recentemente, dos cursos de Licenciatura em História, Licenciatura em Matemática, Ciências Naturais e Licenciatura em Língua Inglesa.

O CBRAG possui, ainda, um programa de Pós-Graduação em Biologia Ambiental (mestrado e doutorado) e um Mestrado em Linguagens e Saberes na Amazônia, ligado à Faculdade de Letras. Além disso, o Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU/2024-2027) prevê a expansão de atuação da Faculdade de Letras (FALE) na formação continuada de professores(as) de Língua Portuguesa (LP) e Língua Inglesa (LI), com a implantação do Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Inovação na Amazônia (PPGLIAM), prevista para 2026 e constituída em parceria com a Faculdade de Línguas Estrangeiras (FALEST).

JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO

O Curso de Letras ? Português do Campus Universitário de Bragança, na Universidade Federal do Pará (UFPA), é fruto de um processo contínuo de reflexão e reformulação. Ele foi criado para atender a uma necessidade urgente: formar professores(as) qualificados(as) para

atuar na Educação Básica em uma das regiões mais desafiadoras e culturalmente ricas do Brasil, a Amazônia Atlântica. Constituído em conformidade com a Lei nº 9.394/96 e legislações subsequentes referentes às licenciaturas, o curso busca oferecer uma formação sólida que qualifique os(as) futuros(as) professores(as) para o exercício de sua profissão com competência, ética e sensibilidade, contribuindo para o fortalecimento da cidadania e para a construção de uma sociedade mais justa.

Localizada em Bragança, uma cidade estuarina, a UFPA - Campus Bragança afirma seu compromisso com a democratização do acesso ao ensino superior ao implantar este curso em 1987, especialmente voltado para atender às demandas educacionais de regiões distantes da capital do estado do Pará, e reafirma esse compromisso ao garantir sua manutenção assentado na permanente demanda por professores(as) de língua materna. A educação de qualidade enfrenta enormes desafios em áreas do interior do estado, onde o acesso a recursos e infraestrutura ocorre de forma heterogênea e limitada entre zona rural, urbana e praiana.

No bojo dessa discussão, dadas as particulares, os avanços tecnológicos e as reformulações das bases educacionais para o ensino de Língua Portuguesa na educação básica e a relação indissociável entre linguagem e sociedade, a permanente formação inicial de professores(as) de Língua Portuguesa é crucial para renovar a atuação docente e promover práticas de letramento crítico e digital, valorizando as especificidades linguísticas e culturais locais.

O novo Projeto Pedagógico do Curso (PPC), atualizado em 2024, foi elaborado seguindo as orientações das diretrizes nacionais, como a Base Nacional Comum da Formação de Professores (BNCFP), e as resoluções do Ministério da Educação (MEC), em especial a Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024. Este PPC é uma resposta tanto às exigências legais quanto às demandas regionais, propondo uma formação que abrange áreas essenciais como linguística, literatura e ensino-aprendizagem, sempre com o foco na atuação qualificada dos(as) futuros(as) professores(as) de Ensino Fundamental e Médio.

A perspectiva de formação oferecida pelo curso é pautada na relação teoria-prática, integrando saberes científicos, pedagógicos e culturais. Mais do que isso, o currículo foi desenhado para refletir as realidades específicas da região amazônica, onde a diversidade sociolinguística e a preservação das culturas locais são questões centrais. Em decorrência disso, o curso busca formar profissionais críticos(as), capazes de promover a transformação social e atuar em um contexto multicultural, sustentável e povoado pelos multiletramentos. Uma formação de professores(as) de Língua Portuguesa pautada nessa perspectiva é uma peça fundamental para o desenvolvimento sustentável das comunidades estuarinas da região caeteura da Amazônia Atlântica, garantindo educação de qualidade em regiões distantes da capital do estado com potencial de transformar realidades sociais e econômicas.

Ao formar docentes comprometidos(as) com as necessidades locais, o curso contribui diretamente para a melhoria dos índices de alfabetização e letramento, já que fortalece a base educacional da região e ajuda a promover o desenvolvimento humano. Esse esforço se alinha às diretrizes da UNESCO: Educação para o Desenvolvimento Sustentável (UNESCO, 2017), que reconhece a educação como um dos pilares para a construção de sociedades mais equitativas e sustentáveis. A esse respeito, é importante citar que a região amazônica, com sua riqueza natural e ecológica, impõe desafios únicos, especialmente em termos de sustentabilidade.

No curso de Letras - Português, questões relacionadas à educação ambiental são integradas ao currículo, possibilitando que os(as) licenciandos(as) desenvolvam projetos educativos que abordem a relação entre linguagem e meio ambiente. Dessa forma, poderão estar comprometidos(as) com a conscientização de seus/suas alunos(as) sobre a importância da sustentabilidade como valor essencial e, conseqüentemente, da preservação dos ecossistemas estuarinos.

Além da sustentabilidade, outro pilar de formação humana que tem relação direta com a formação de professores(as) de Língua Portuguesa é a inclusão. A educação inclusiva é um direito essencial e é um dos princípios norteadores do curso. Como destacam Freire (1996) e Arroyo (2014), formar professores(as) críticos(as) e comprometidos(as) com a transformação social é crucial para a construção de uma sociedade mais justa. O curso de Letras - Português em Bragança prepara seus/suas egressos(as) para atuarem de forma sensível e comprometida em contextos marcados pela diversidade social e cultural, com vistas a promover a inclusão de grupos marginalizados e assegurar que a educação seja um meio de empoderamento e transformação. Além disso, o curso oferece práticas pedagógicas que estimulam o pensamento crítico, capacitando os(as) professores(as) a formar alunos(as) que reflitam sobre suas realidades e participem ativamente da construção de um futuro mais justo e solidário.

O curso de Letras - Português da UFPA, Campus de Bragança, é, portanto, muito mais do que uma formação técnica e genérica. Ele é uma resposta aos desafios regionais e nacionais, comprometido com a transformação social, a sustentabilidade, a inovação, a Educação Antirracista e a agência crítica face às TDICs. Por isso, o compromisso do curso é formar profissionais comprometidos(as) com uma educação inclusiva, crítica e adaptada às complexas realidades da Amazônia, construindo, assim, um caminho para o desenvolvimento humano, cultural e ambiental de suas comunidades.

GESTÃO DO CURSO

A. DIREÇÃO DA FACULDADE

A direção da Faculdade de Letras (FALE) é composta por um(a) diretor(a) e um(a) vice-diretor(a), eleitos(as) entre os(as) docentes da instituição e nomeados pelo(a) reitor(a) para mandatos de dois anos, com a possibilidade de uma recondução. O(A) diretor(a) é a autoridade executiva superior e tem como principais atribuições administrar a faculdade, representar a FALE em conselhos e fóruns acadêmicos, supervisionar as atividades acadêmicas e administrativas, convocar e presidir reuniões do conselho, organizar a oferta curricular em conjunto com o(a) vice-diretor(a), acompanhar a integralização curricular dos(as) estudantes e garantir o funcionamento adequado da instituição, provendo recursos materiais e humanos.

B. VICE DIREÇÃO DA FACULDADE

(A) vice-diretor(a) tem o papel de substituir o(a) diretor(a) em suas ausências e impedimentos, além de assessorá-lo(a) na administração geral da faculdade. Junto ao(à) diretor(a), o(a) vice-diretor(a) organiza a oferta e o cancelamento de atividades curriculares e participa ativamente na supervisão de eventos e outras atividades acadêmicas da Faculdade de Letras (FALE).

C. COORDENAÇÃO DO CURSO

(A) coordenador(a) de curso, que pode também ser o(a) vice-diretor(a), tem a responsabilidade de organizar e coordenar os cursos oferecidos pela FALE, garantindo que as demandas de docentes e discentes sejam atendidas. Além disso, está à frente da organização de eventos acadêmicos, promovendo a integração entre as atividades curriculares e a comunidade acadêmica.

D. COLEGIADO DO CURSO

O Conselho da Faculdade de Letras (FALE) é o órgão máximo responsável por decisões acadêmicas e administrativas, com competências que incluem: realizar reuniões mensais, alterar o regimento da faculdade, estabelecer diretrizes acadêmicas e administrativas, aprovar o plano de gestão da direção, criar ou extinguir núcleos e cursos, supervisionar o

desenvolvimento de cursos de graduação e pós-graduação, e deliberar sobre convênios e intercâmbios. Também é responsável pela avaliação e aprovação de projetos de ensino, pesquisa e extensão, organização curricular, processos seletivos de docentes, afastamento de professores(as), além de outras questões relacionadas à matrícula, atividades curriculares e aproveitamento de estudos.

O Conselho é composto pelo(a) diretor(a), vice-diretor(a), docentes, um(a) representante técnico-administrativo e representantes discentes, tanto da graduação quanto, quando houver, dos cursos de pós-graduação. Estes representantes são eleitos(as) por seus pares e têm mandato de um ano, com possibilidade de recondução. Os membros têm funções de relatoria, participam das reuniões e votam em decisões. Aqueles que faltarem a três reuniões consecutivas ou cinco alternadas perdem o direito a voto até solicitação formal de retorno ao conselho com termo de comprometimento ou no início de novo calendário acadêmico.

O Conselho da Faculdade de Letras (FALE) funciona com a presença da maioria simples dos seus membros, que é o número imediatamente superior à metade. A ausência de representantes de determinadas classes não impede seu funcionamento, desde que o quorum seja atendido. O Conselho se reúne ordinariamente uma vez por mês, e extraordinariamente quando convocado. As reuniões são convocadas por escrito ou eletronicamente, com antecedência mínima de três dias úteis, e a presença dos membros, incluindo representantes estudantis, é obrigatória.

Durante as reuniões, há uma parte de expediente dedicada à discussão da ata e informes, seguida da ordem do dia, com discussão e votação dos temas da pauta. A ata das reuniões é lavrada, assinada e submetida à aprovação na reunião seguinte, contendo o dia, local, nomes dos presentes e decisões tomadas. Em situações de urgência, a ordem dos trabalhos pode ser modificada e vistas a processos podem ser concedidas aos membros.

As decisões são aprovadas por maioria simples dos presentes, com votação nominal ou secreta. O voto é pessoal e não pode ser delegado, exceto em consultas eletrônicas. O(A) presidente tem voto de qualidade em caso de empate. Em situações urgentes, o(a) presidente pode deliberar ?ad referendum?, mas essas decisões devem ser ratificadas pelo Conselho na sessão subsequente. Além disso, há possibilidade de recurso contra decisões do Conselho, que pode ser encaminhado aos Órgãos Superiores da UFPA.

E. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é responsável por acompanhar, avaliar e propor

alterações no Projeto Pedagógico do curso de Letras - Português. Ele visa consolidar o perfil profissional do(a) egresso(a), alinhando-o com as Diretrizes Curriculares Nacionais e as competências necessárias para uma intervenção social adequada no campo de atuação. O NDE também propõe formas de integrar ensino, extensão, pesquisa, inovação e pós-graduação, zelando pela interdisciplinaridade no currículo.

Para sua constituição, o NDE deve ter entre 5 e 9 membros, todos do corpo docente efetivo. O(A) diretor(a) da faculdade é membro nato e presidente do núcleo, e os demais membros são eleitos(as) pelo Conselho da Faculdade. Esses(as) docentes devem ter dedicação exclusiva ou carga horária de 40 horas semanais, além de título de doutor, salvo exceções em que mestres(as) podem ser admitidos(as). As reuniões ordinárias acontecem pelo menos uma vez por semestre, podendo ser convocadas de forma extraordinária.

O mandato dos membros do NDE é de quatro anos, com possibilidade de recondução. Inicialmente, metade dos membros será eleita para mandatos de dois anos, e a outra metade para mandatos de quatro anos, garantindo renovação parcial e continuidade no acompanhamento do curso.

O funcionamento acadêmico-administrativo é regulamentado por regimentos e normativas propostos pelo NDE e aprovados pelo conselho da faculdade. A descrição supramencionada da gestão da faculdade está pautada no regimento interno, aprovado pelo conselho do campus.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO CURSO

Nome do Curso: Letras Português

Local de Oferta: Universidade Federal do Pará (UFPA)- Campus Bragança

Endereço de Oferta: Alameda Leandro Ribeiro, S/N

Bairro: Aledeia

CEP: 68600000

Número: 0

Complemento:

Cidade: Bragança

Forma de Ingresso: Processo Seletivo

Número de Vagas Anuais: 40

Turno de Funcionamento: Matutino

Turno de Funcionamento: Noturno

Modalidade Oferta: Presencial

Título Conferido: Licenciado em Letras - Português

Total de Períodos: 8

Duração mínima: 4.00 ano(s)

Duração máxima: 6.00 ano(s)

Total de Períodos: 9

Duração mínima: 4.50 ano(s)

Duração máxima: 6.50 ano(s)

Carga Horária Total em Hora-relógio [60 Minutos]: 3300 hora(s)

Carga Horária Total em Hora-aula [50 Minutos]: 3960 hora(s)

Período Letivo: Intensivo; Extensivo;

Regime Acadêmico: Seriado

Forma de Oferta de Atividades: Modular e Paralela

Ato de Criação: Decreto de Reconhecimento do curso pelo MEC nº 35.456 de 04/05/1954

Ato de Reconhecimento: Portaria n. 143, de 18 de fevereiro de 2021. DOU, p. 26.

Ato de Renovação: : Resolução do Projeto Pedagógico nº 3.593, de 10 de setembro de 2007/CONSEPE

Avaliação Externa: No período de 15 a 18/9/2013, avaliação in loco pelo MEC, recebendo nota 04 (quatr

DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO (FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS, ÉTICOS E DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS)

O Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras - Português está fundamentado nas orientações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), nas Diretrizes Curriculares Nacionais, bem como no Plano Nacional de Educação (PNE). No contexto institucional, o curso segue o Estatuto e o Regimento Geral da UFPA, assim como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Além disso, está em conformidade com as Diretrizes Curriculares para a Graduação, conforme a Resolução n.º 3.186/CONSEPE, de 28 de junho de 2004, e com o Regulamento do Ensino de Graduação, aprovado pela Resolução n.º 3.633/CONSEPE, de 18 de fevereiro de 2008, garantindo que a formação atenda plenamente às exigências legais vigentes.

O Curso de Licenciatura em Letras - Português, baseado na proposta da CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, instituiu sua organização didático-pedagógica em eixos denominados: (I) Estudos de formação geral; (II) Aprofundamento dos conteúdos específicos, incluídos aqui os saberes sobre a literatura e outros aspectos culturais; (III) Extensão; e (IV) Estágio curricular supervisionado, abrangendo saberes sobre a prática profissional.

Acreditando que ensinar a Língua Portuguesa implica a busca de um equilíbrio entre saber

usar a língua, refletir sobre a língua e dominar conceitos, métodos e técnicas relativos à prática profissional, este PPC defende a ideia de que um(a) futuro(a) professor(a) de português precisa ser competente nesses quatro núcleos para poder exercer sua profissão de uma maneira consciente, ética e eficiente, bem como para ser capaz de saber buscar seu aperfeiçoamento contínuo após a obtenção do grau de licenciado(a). Esses quatro núcleos não são compartimentos estanques, mas imbricam-se, possibilitando uma formação mais ampla e alinhada às práticas sociais e tecnológicas mais atuais.

A perspectiva interdisciplinar se faz presente na possibilidade de articulação de atividades curriculares e práticas curriculares do curso com atividades desenvolvidas por outros cursos e projetos em execução no campus. Assim é que o processo de ensino-aprendizagem da língua materna é abordado desde o seu início, com o estudo do processo de aquisição da língua escrita, em que é possível um trabalho conjunto com componentes curriculares, atividades e grupo de trabalhos com os cursos do campus de Bragança. Com esses grupos, deverá ser articulada a pesquisa sobre a Língua Portuguesa em uso na região caeteuara, como base para o direcionamento das atividades docentes dos(as) graduandos(as) em consonância com a realidade linguística local.

Nesse aspecto, a educação e a linguagem são campos primordiais para o desenvolvimento de atividades que levem em conta a Educação Ambiental, hoje concebida como condição básica para se avançar no amplo aspecto do papel do(a) licenciado(a) perante sua sobrevivência e propagação de saberes. Por esse motivo, é consensual que as atividades de ensino, pesquisa e extensão devem propiciar a construção e disseminação de informações sobre os cuidados com o meio ambiente, bem como a construção de práticas que possibilitem a inclusão social, a inovação e o combate ao racismo e à desigualdade de gênero, especialmente na elaboração de planos de estágio e nas práticas de pesquisa e extensão.

Do mesmo modo, o currículo do curso leva em consideração que o mundo, hoje, é marcado pela aceleração tecnológica e pela influência dos meios de comunicação de massa. Esses fatores, que modificaram as maneiras de aprender e sentir, ao descentralizar as formas de transmissão e circulação do saber e da informação, constituem um decisivo âmbito de socialização através de mecanismos de identificação/projeção de estilos de vida, comportamentos, padrões de gosto e de conduta. Em função disso, o currículo proposto incorpora componentes curriculares e atividades que proporcionem aos(as) alunos(as) elementos que os(as) ajudem a superar o descompasso entre a escola e o mundo contemporâneo, e a inserir-se nos processos de mudança presentes em nossa sociedade. As Atividades Curriculares e propostas visam, assim, integrar diferentes competências e habilidades, tendo em vista a formação de profissionais mais qualificados(as) para o

exercício da profissão e da cidadania.

OBJETIVOS DO CURSO

O objetivo do Curso de Licenciatura em Letras ? Português é formar profissionais de nível superior, para exercerem a docência no Ensino Fundamental - Anos Finais e Ensino Médio, em instituições públicas e privadas, em escolas técnicas, entre outras instituições de ensino, nas áreas de Língua Portuguesa e Literatura. Esses(as) profissionais devem ser interculturalmente competentes, capazes de lidar criticamente com as linguagens, especialmente a verbal, nas modalidades oral e escrita, além de serem conscientes de sua inserção na sociedade e das relações que estabelecem com os(as) outros(as), bem como de desenvolverem um trabalho articulado com as especificidades contextuais e as necessidades da comunidade onde se inserem.

PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O(A) licenciado(a) em Letras - Português deve dominar conhecimentos teórico-práticos sólidos sobre língua materna, abrangendo sua estrutura, funcionamento, variação sociocultural e suas literaturas. Essa formação o habilita a exercer sua práxis de forma interdisciplinar, refletindo criticamente sobre temas e questões relevantes ao seu exercício profissional, em diálogo com a realidade nos aspectos históricos, sociais e culturais. Além disso, o(a) profissional deve reconhecer a instituição educativa como uma organização complexa, voltada para a promoção da educação para e na cidadania, desenvolvendo competências que o(a) habilitem a dialogar com múltiplas áreas do conhecimento e integrar novas tecnologias em sua prática.

Nesse contexto, o(a) licenciado(a) em Letras - Português deve ser comprometido(a) com os valores que sustentam uma sociedade democrática. É fundamental que ele(ela) desenvolva uma prática educativa que considere as características dos(as) alunos(as) e seu meio social, estabelecendo conexões com o mundo contemporâneo. Deve ainda estar atento(a) à diversidade da sala de aula, considerando a presença de educandos(as) com deficiência, bem como as diferentes realidades culturais, étnico-raciais, de gênero, orientação sexual, condições socioeconômicas e estilos de aprendizagem. Para todos esses grupos, será necessário elaborar estratégias didáticas inclusivas que favoreçam a participação e o desenvolvimento de cada estudante no processo de ensino-aprendizagem.

O(A) egresso(a) precisa, portanto, ter um conhecimento abrangente, não apenas dos conceitos específicos relacionados às etapas da educação básica, mas também de questões culturais, sociais e econômicas que permeiam a docência, sempre promovendo a articulação interdisciplinar. Para isso, deve utilizar estratégias diversificadas na formulação de propostas de intervenção pedagógica que sejam ajustadas ao nível de desenvolvimento dos(as) educandos(as), aos objetivos das atividades e às particularidades dos conceitos de cada etapa educacional.

Além disso, o(a) egresso(a) deve compreender a pesquisa como um processo contínuo, essencial para a construção de conhecimentos linguísticos e literários e para o aprimoramento de sua prática pedagógica. Essa compreensão deve ser uma característica do perfil do(a) profissional, permitindo-lhe desenvolver uma postura crítica e reflexiva sobre o ensino, adaptando suas metodologias às necessidades dos(as) alunos(as) e às demandas da sociedade. Ele(ela) deve gerenciar seu desenvolvimento profissional de forma autônoma, por meio de formação contínua e utilizando diferentes fontes e veículos de informação. A capacidade de empregar recursos tecnológicos atuais é igualmente importante para o desempenho de suas atividades e para o seu crescimento profissional.

Em suma, o(a) egresso(a) do curso desta licenciatura é um profissional formado para atuar de forma crítica e reflexiva no ensino da Língua Portuguesa, comprometido com a inclusão e a formação de cidadãos/cidadãs participativos(as) e conscientes de seu papel na sociedade.

COMPETÊNCIAS

O Curso de Licenciatura em Letras - Português visa a formação inicial de professores(as) para o ensino de LP como língua materna no âmbito da Educação Básica. Diante disso, torna-se essencial promover o desenvolvimento dos fundamentos e princípios que a Resolução nº 4 de 29 de maio de 2024 estabelece para a formação dos profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica, quais sejam:

- a) Demonstrar conhecimento e compreensão da organização epistemológica dos conceitos, das ideias-chave, da estrutura da(s) área(s) e componentes curriculares para os quais está sendo habilitado para o exercício da docência.
- b) Compreender criticamente os marcos normativos que fundamentam a organização curricular de cada uma das etapas e modalidades da Educação Básica e, em particular, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e da Base Nacional Comum Curricular.

- c) Atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária e de relações democráticas na escola.
- d) Reconhecer os contextos sociais, culturais, econômicos e políticos das escolas em que atua e, também os contextos de vida dos(as) estudantes, propiciando assim, aprendizagens efetivas.
- e) Demonstrar conhecimento sobre diferentes formas de apresentar os conteúdos dos componentes e das áreas curriculares para os quais está habilitado à docência, utilizando esse conhecimento para selecionar recursos de ensino adequados que contemplem o acesso ao conhecimento para um grupo diverso de estudantes.
- f) Aplicar estratégias de ensino e atividades didáticas diferenciadas que promovam a aprendizagem dos(as) estudantes, incluindo aqueles(as) que compõem a população atendida pela Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, e levando em conta seus diversos contextos culturais, socioeconômicos e linguísticos.
- g) Planejar e organizar suas aulas de modo que se otimize a relação entre tempo, espaço e objetos do conhecimento, considerando as características dos estudantes e os contextos de atuação dos profissionais do magistério da educação escolar básica.
- h) Conhecer e utilizar os diferentes tipos de avaliação educacional, bem como os limites e potencialidades de cada instrumento para dar devolutivas que apoiem o estudante na construção de sua autonomia como aprendiz e replanejar suas práticas de ensino de modo a assegurar que as dificuldades identificadas nas avaliações sejam superadas por meio de sua atuação profissional em suas aulas.
- i) Demonstrar conhecimento e, sempre que possível, colaborar com o desenvolvimento de pesquisas científicas no campo educacional de maneira a refletir sobre sua própria prática docente e aplicar tal conhecimento em sua prática.

ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura do curso Letras - Português do Campus Universitário de Bragança está organizada em quatro (04) núcleos: I Estudos de formação geral; II Aprofundamento dos conteúdos específicos; III Atividades acadêmicas de extensão e IV Estágio curricular supervisionado, abrangendo saberes sobre a prática profissional e alinhados com os quatro núcleos de formação dispostos na resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024. Deste modo, a contabilidade acadêmica do Curso está assim organizada: NÚCLEO I, NÚCLEO II, NÚCLEO III e NÚCLEO IV e totalizam 3.225 (três mil duzentas e vinte e cinco) horas,

além de 75 (setenta e cinco) horas de atividades complementares, somando um total de 3.300(três mil trezentas) horas.

Este PPC fundamenta-se na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, considerando que a ação do profissional do magistério deve articular teoria e prática, investigação e reflexão crítica em uma perspectiva interdisciplinar. Com base nessa concepção, foram traçados os fundamentos que o norteiam, que se subdividem em princípios epistemológicos, didático-pedagógicos e éticos que atravessam os quatro grupos.

O Núcleo I, com uma carga horária de 885 horas, abrange os estudos de formação geral no campo educacional, contemplando seus fundamentos, metodologias e a análise das diversas realidades educacionais. Esse conjunto de estudos visa ao aprofundamento dos conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos, sendo essencial para a formação cidadã. Além disso, promove a articulação entre temas de relevância social, as escolas e as práticas educacionais. O núcleo envolve a análise e o planejamento de processos educativos em instituições de Educação Básica, além do estudo interdisciplinar do desenvolvimento humano. Também abrange a pesquisa sobre legislação educacional, gestão, políticas de financiamento, currículo, educação e trabalho, e questões contemporâneas como direitos humanos, cidadania e meio ambiente, que são temas centrais nos componentes curriculares como: Arte, Cultura e meio Ambiente, Letramento social crítico.

Além destes componentes que atendem as Políticas Nacionais de Educação Ambiental; Étnico Racial; Direitos Humanos, compõem esse núcleo as disciplinas: Educação e trabalho docente; Letramento em gêneros acadêmicos; Psicologia da aprendizagem; Tecnologias, Inovação e ensino; Fundamentos filosóficos e sociológicos da Educação; Educação inclusiva; Didática e práticas pedagógicas; Planejamento e avaliação educacional no ensino fundamental e médio; Políticas educacionais; Fundamentos da linguagem e educação; Alfabetização e letramento e Libras. O foco é no desenvolvimento pleno dos(as) estudantes e na articulação entre teoria e prática educativa.

O Núcleo II, com uma carga horária de 1.605 horas, refere-se ao Núcleo de Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das Áreas de Atuação Profissional (ACCE), que abrange os conteúdos específicos relacionados ao ensino da Língua Portuguesa, conforme os documentos nacionais de orientação curricular para a Educação Básica. Esse núcleo trata da aprendizagem dos conteúdos das áreas, componentes curriculares, unidades temáticas e objetos de conhecimento previstos na BNCC, além de incluir o domínio pedagógico necessário para ensinar esses conteúdos.

Os componentes curriculares relacionados a este Núcleo são: Fundamentos da Linguística; Fundamentos de ens. e aprend. de leitura e escrita; Laboratório de pesquisa em Letras;

Fonética e Fonologia do Português Brasileiro; Morfossintaxe do Português Brasileiro I e II; Gramática e Análise Linguística; Sociolinguística e ensino de Português Brasileiro; Semântica e Pragmática; Teorias discursivas aplicadas ao Português Brasileiro; Linguística Aplicada ao ensino de língua materna; Teoria e crítica literária; Teoria do texto poético e narrativo; Literatura Portuguesa: Poesia; Literatura Portuguesa: prosa; Literatura Brasileira: poesia; Textualidade em oralidade e escrita; Seminário de Elaboração de Trabalho de Curso; Trabalho de Curso ; Literatura Brasileira: prosa; Literatura, cultura e etnicidade; Literatura infantojuvenil; Literatura da Amazônia.

O componente curricular Literatura, cultura e etnicidade, também tem vista o atendimento da Política Nacional Étnico Racial. Cabe ressaltar que as pautas relacionadas ao meio ambiente, direitos Humanos e étnico racial, serão transversalizadas no currículo do curso de letras como todo.

O objetivo é proporcionar aos(as) licenciandos(as) uma formação sólida e aprofundada em sua área de atuação, promovendo a articulação entre teoria e prática pedagógica. Assim, busca-se garantir que os(as) futuros(as) professores(as) desenvolvam a competência necessária para o ensino e para a mediação de aprendizagens significativas dos(as) alunos(as) da Educação Básica, especialmente no campo da Língua Portuguesa.

O Núcleo III com 330 horas reúne as atividades de extensão do Curso. O Núcleo de Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE) é formado por práticas vinculadas aos componentes curriculares, que envolvem a realização de ações de extensão em instituições de Educação Básica, sob a orientação, acompanhamento e avaliação de um(a) professor(a) formador(a) da Instituição de Ensino Superior (IES). Durante todo o curso, a extensão desempenha um papel essencial ao articular os conhecimentos desenvolvidos durante os componentes e atividades curriculares ofertados em cada período letivo com contextos reais de trabalho docente, possibilitando aos estudantes uma aproximação com práticas reais de ensino da língua portuguesa e da literatura, bem como contribuindo para o estreitamento das relações entre universidade e escolas. Por meio dessas atividades, os(as) alunos(as) têm a oportunidade de interagir diretamente com as comunidades escolares, desenvolvendo projetos que promovem a melhoria da educação e o fortalecimento da cidadania. Por isso, foram divididas nos semestres em Extensão I, II, III, IV e V.

Além de contribuir para a formação pedagógica e acadêmica, essas ações permitem que os(as) futuros(as) professores(as) participem ativamente de práticas educativas, que integram pesquisa, ensino e extensão, promovendo uma relação dinâmica e transformadora entre universidade e sociedade. As atividades de extensão, portanto, potencializam a aprendizagem, aproximam os(as) estudantes das demandas da Educação Básica e os(as)

preparam para uma atuação crítica e consciente como educadores(as).

O Núcleo IV reúne 405 horas de atividades de Estágio Supervisionado. O Núcleo de Estágio Curricular Supervisionado (ECS) no curso é um componente fundamental para a formação docente, realizado em instituições de Educação Básica com o intuito de aproximar os(as) licenciandos(as) da prática pedagógica no ensino de LP e Literatura. O estágio permite que o(a) estudante conecte os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso com a prática educacional, começando pela observação e evoluindo para a atuação direta em sala de aula, sempre com acompanhamento de professores(as) da IES e da escola.

A experiência formativa do estágio é essencial para que o(a) futuro(a) professor(a) desenvolva habilidades de planejamento, condução de atividades de ensino e avaliação, além de refletir criticamente sobre a prática docente. Distribuídas ao longo do curso, as atividades de estágio devem garantir múltiplas oportunidades de aprendizagem, proporcionando um ambiente seguro para a experimentação pedagógica, o diálogo com a comunidade escolar e a interação com a diversidade de situações educativas, preparando o(a) licenciando(a) para os desafios da docência em LP e Literatura. Os componentes curriculares relacionados a este Núcleo são: Estágio Supervisionado I, II, III, IV, V e VI.

O curso mantém ainda um conjunto de atividades complementares cuja finalidade é ampliar a formação acadêmica e profissional dos(as) licenciandos(as), oferecendo oportunidades de vivenciar experiências que vão além da sala de aula. Elas promovem a integração entre teoria e prática por meio de participação em projetos de pesquisa, extensão, eventos acadêmicos, e outras atividades que enriquecem o desenvolvimento de competências essenciais para a atuação docente. Além disso, essas atividades favorecem o contato com diferentes contextos educacionais e culturais, estimulando o protagonismo dos(as) estudantes, a autonomia intelectual, e o engajamento com questões contemporâneas que impactam a educação em LP e Literatura. Assim, as atividades complementares complementam a formação acadêmica formal, preparando os(as) futuros(as) professores(as) para enfrentar os desafios do ensino com uma visão mais abrangente e crítica.

Acreditando que ensinar uma língua envolve o equilíbrio entre saber utilizá-la, refletir sobre ela e ensiná-la de forma eficaz, o PPC do curso de Letras - Português defende que o(a) futuro(a) professor(a) de LP deve adquirir uma formação sólida em todas as dimensões. Além disso, o curso proporciona oportunidades de enriquecimento conceitual, metodológico e prático em diversas esferas, permitindo que os(as) licenciandos(as) desenvolvam competências para exercer a profissão de forma eficiente. Após a conclusão do curso, o(a) professor(a) terá as bases necessárias para continuar se aperfeiçoando ao longo de sua carreira docente, garantindo uma educação comprometida com a formação cidadã e de

qualidade para seus/suas alunos(as).

METODOLOGIA

O projeto metodológico descrito fundamenta-se na interdependência entre ensino, pesquisa e extensão, pilares da Universidade Federal do Pará. A unidade teoria-prática, inspirada em Candau (1989) e Pimenta e Lima (2004), é tratada como aspectos complementares, onde uma impulsiona a outra. Nesse contexto, o ensino da LP e a formação de professores(a) são apresentados como processos dinâmicos, complexos e em constante transformação.

O projeto aborda o impacto da interculturalidade e do multilinguismo, promovido pelas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs), no século XXI, considerando a diversidade cultural e os conflitos sociais em evolução. Reconhecendo a natureza socio-histórica dos indivíduos, ele enfatiza a capacidade das pessoas de reconstruir novas realidades e projetos de vida. No campo pedagógico, a tradicional aula expositiva é mantida, mas de forma mais problematizadora e dialógica, promovendo uma compreensão menos fragmentada do conhecimento.

A metodologia principal está alinhada às recomendações da UNESCO para a Escola do Futuro (Nóvoa, 2023), enfatizando a formação pelo trabalho coletivo, onde os(as) alunos(as) desenvolvem projetos contextuais que integram componentes curriculares teóricos e pedagógicos. Esses projetos podem tratar de letramento, práticas culturais, decoloniais e questões sociais, como violência contra a mulher e trabalho infantil. O enfoque visa criar uma formação inclusiva, promovendo a imersão dos(as) estudantes nas comunidades e oferecendo oportunidades de descrição e interpretação dos fenômenos linguísticos e culturais observados.

O método propõe levar a aprendizagem para fora da sala de aula, envolvendo escolas, comunidades extrativistas, grupos culturais e cooperativas, proporcionando uma formação mais consciente das realidades sociais, em especial as locais. Além disso, os(as) futuros(as) professores(as) são incentivados(as) a desenvolver uma relação mais próxima e afetiva com os(as) alunos(as), indo além da racionalidade técnica, o que é considerado crucial para lidar com as patologias sociais e emocionais que afetam o ambiente escolar.

Outro ponto relevante é a inclusão. A metodologia visa entender as diferenças entre os(as) educandos(as), corrigindo suas dificuldades de aprendizagem e suas particularidades, sejam elas físicas, neurológicas ou comportamentais. Essa abordagem inclusiva transcende as

necessidades imediatas, buscando também valorizar as identidades culturais, sociais e linguísticas de cada estudante. Ao promover um ambiente educacional que respeita e celebra a diversidade, a metodologia propõe a adaptação de estratégias de ensino que atendam não apenas às necessidades específicas dos(as) alunos(as) com deficiência, mas também a todos aqueles(as) que pertencem a contextos variados, incluindo diferentes etnias, religiões e origens socioeconômicas.

Dessa forma, cria-se um espaço onde cada aluno(a) se sente pertencente e capaz de contribuir com suas experiências únicas, enriquecendo o aprendizado coletivo e promovendo uma cultura de respeito e empatia. Além disso, a formação contínua dos(as) educadores(as) em práticas pedagógicas inclusivas e a colaboração com as famílias são fundamentais para garantir que todos os(as) alunos(as) tenham oportunidades equitativas de aprendizado e desenvolvimento, fomentando a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Essas diferenças, longe de serem vistas como obstáculos, são entendidas como contribuições para a construção de uma educação mais inclusiva, empática e respeitosa.

Por fim, o projeto reforça a importância de uma formação docente colaborativa, em que alunos(as) e professores(as) planejam e realizam atividades em conjunto. Essas atividades envolvem projetos de ensino, pesquisa e extensão, sempre conectadas às realidades sociais dos(as) estudantes e da comunidade escolar. A participação em programas institucionais e eventos acadêmicos é também uma parte essencial do processo formativo, permitindo a socialização dos conhecimentos construídos.

PRÁTICA PEDAGÓGICA COMO COMPONENTE CURRICULAR

Integração entre teoria e prática. No âmbito curricular, essa premissa busca superar a separação entre teoria e prática, que tem sido uma característica marcante nos cursos de formação de professores. O objetivo é ultrapassar as duas abordagens opostas que têm dominado esses currículos: a visão aplicacionista, que dá ênfase excessiva aos conhecimentos teóricos em detrimento das atividades práticas profissionais; e a visão ativista, que prioriza as práticas profissionais em prejuízo da compreensão teórica necessária para analisar e entender os contextos dessas práticas. Este curso se propõe a superar essa dicotomia, defendendo que o foco não deve estar em mais teoria ou mais prática, mas em um maior diálogo e integração entre ambas.

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O Estágio Curricular Supervisionado, nesta nova proposta curricular do Curso de Letras - Português, incluindo em sua estrutura atividades de observação e regência, articula-se diretamente com os demais componentes e atividades curriculares previstos para oferta em cada período letivo, de modo a possibilitar aos(às) licenciados(as) o exercício contínuo de reflexão teórico-prática ao longo do curso. Os campos de estágio serão ambientes formais de ensino fundamental-anos finais e médio regular e na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) da rede pública municipal, estadual ou particular do município onde está situada a turma.

Em todos os níveis de estágio supervisionado está prevista a dupla docência ou codocência, aqui compreendida como a realização de orientações aos(às) estagiários(as) por dois/duas docentes orientadores(as) simultaneamente, para atender a demanda de alunos por turma, mais especificamente, os Estágios poderão ser executados em subturmas de, pelo menos, 10 discentes com um/uma docente responsável pela ch teórico-prática e, para cada subturma de até 10 discentes, um/uma docente responsável pelo acompanhamento da realização dos estágios nos ambientes educacionais. O pressuposto é que os(as) docentes formadores(as) orientadores(as) de estágio contribuam para a construção conjunta de conhecimentos e para a articulação entre teoria e prática por parte dos(as) estudantes em formação.

O Estágio Curricular Supervisionado terá uma carga horária total de 405 horas, subdividido em seis etapas e implementado a partir do 1º semestre letivo do Curso. Todos os seis níveis de estágio preveem, por parte dos(as) estudantes, sua inserção no futuro campo de atuação profissional, o conhecimento dessa complexa realidade e a construção de uma atitude crítico-reflexiva sobre seu funcionamento, como vetores para sua formação. Para que isso possa se efetivar, são previstas ações básicas e fundamentais durante os estágios do Curso de Letras - Português:

- a. Orientações por parte dos(as) professores(as) formadores(as), orientadores(as) de estágio, em sala de aula;
- b. Atividades orientadas de observação participante no ambiente escolar e na sala de aula;
- c. Elaboração orientada de Plano de Estágio e produção acadêmica resultante da experiência;
- d. Planejamento e implementação de Projetos de Intervenção Pedagógica, em colaboração e sob a supervisão do(a) professor(a) supervisor da escola campo de estágio;
- e. Produção textual acadêmica resultante da experiência docente, sua apresentação oral e avaliação das atividades desenvolvidas (professores(as) orientadores(as) e acadêmicos(as)).

Vale ressaltar que essas ações serão acompanhadas constantemente pela figura dos(as) professores(as) formadores(as) e orientadores(as) dos estágios, para fornecer documentação pertinente às atividades, tirar possíveis dúvidas, assim como propiciar um clima de

segurança aos(às) estagiários(as). Os projetos de intervenção serão elaborados a partir da realidade educacional (necessidades de aprendizagem da LP e da Literatura verificadas durante observação em sala de aula), da prática pedagógica adotada pelos(as) professores(as) supervisores(as) e considerando as peculiaridades e os interesses dos(as) alunos(as), bem como as possibilidades da conjuntura escolar observada.

Outro fator de suma relevância é que as atividades de Estágio previstas neste projeto não objetivam, única e exclusivamente, à formação para a prática profissional dos acadêmicos(as), mas (e principalmente) possibilitar uma relação entre universidade e comunidade escolar que gere diálogo constante entre conhecimentos acadêmicos e saberes/práticas docentes efetivadas nas escolas, visando à construção de estudos e pesquisas, bem como a realização de projetos que contribuam para a melhoria da educação local e regional. Entende-se que, a partir destas ações, a Universidade Pública cumprirá o seu verdadeiro papel social, que é garantir a indissociabilidade entre a pesquisa, o ensino e a extensão.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares, com carga horária de 75h, têm o intuito de flexibilizar a formação proposta pelo curso de Letras, por meio da realização de atividades científico-culturais variadas, conforme sua disponibilidade e seus interesses, como participação em eventos científicos (encontros, seminários, congressos etc.), oficinas, minicursos, monitoria(s), dentre outras atividades. Para efeito de detalhamento das atividades que podem ser desenvolvidas pelo(a) licenciando(a) e discriminação da respectiva contagem da carga horária, o quadro de atividades científico-culturais encontra-se em anexo a este PPC.

TRABALHO DE CURSO (TC)

O Trabalho de Curso obedece ao que dispõe o Regulamento do Ensino de Graduação e a Normativa aprovada pelo Conselho da subunidade. A normativa de TC da Faculdade de Letras da UFPA sistematiza os procedimentos legais e acadêmicos relacionados à realização do Trabalho de Curso (TC), conforme o Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Ela estabelece que o TC é uma atividade obrigatória que consiste na produção de um texto individual baseado em pesquisa orientada, podendo ser realizado em áreas como Linguística, Teoria

Literária ou Ensino de Língua Portuguesa. O processo envolve a escolha de um tema em acordo com o(a) orientador(a), elaboração de um projeto de pesquisa e desenvolvimento de texto escrito, seguindo normas da ABNT e padrões acadêmicos institucionais.

O objetivo do TC é proporcionar ao(às) discentes a sistematização de um objeto de estudo pertinente ao curso, desenvolvendo competências como autonomia de pesquisa, capacidade de planejar estudos e aplicar conhecimentos teóricos e práticos. Além disso, a normativa visa fomentar a integração entre ensino, pesquisa e extensão, fortalecer o desenvolvimento científico, e promover a complementação da formação acadêmica do(a) aluno(a).

Como forma de consolidação do trabalho desenvolvido pelo(a) discente sob orientação de um(a) professor(a) da FALE, o TC deve seguir o formato de Monografia ou Artigo Acadêmico, a ser produzido individualmente e constituir o resultado e/ou a reflexão teórico-crítica a partir de experiências vivenciadas pelo(a) graduando(a) em projetos desenvolvidos nos âmbitos dos programas PIBIC, PIBID, PIBEX ou em projetos de pesquisa, de ensino ou de extensão desenvolvidos por docentes vinculados ao Curso de Letras - Português e devidamente aprovados pelos setores institucionais competentes, tendo o(a) acadêmico(a) participado de programa ou projeto como bolsista ou como voluntário, ou ainda, em qualquer um dos níveis de Estágio Supervisionado previstos na grade curricular do curso.

Como forma de subsidiar a elaboração do TC, o componente curricular Trabalho de Curso (TC) será ofertado no último bloco da licenciatura e, para subsidiá-lo, serão ofertados outros dois componentes, um no segundo e outro no sétimo semestre, que versam respectivamente sobre metodologia de pesquisa, sob o rótulo Laboratório de Pesquisa em Letras (75h); e sobre produção de projeto de pesquisa no campo da linguagem, sob o rótulo Seminário de Elaboração de TC (30h).

A defesa do TC ocorre em sessão pública, com uma banca examinadora composta por professores(as) da FALE e convidados(as) externos(as), preferencialmente. A normativa prevê, ainda, que o TC deve ser redigido conforme as normas técnicas da UFPA, devendo ser entregue em formato digital para a banca, e também apresentado à biblioteca do campus, flexibilizando, ainda, o cumprimento do TC com publicações científicas realizadas durante o curso e com tema relacionado à área de atuação com apresentação pública, desde que a revista seja qualificada até o extrato B.

Por fim, a normativa estipula que a avaliação do TC é baseada em critérios previamente estabelecidos, e a aprovação requer a média aritmética das notas da banca, correções sugeridas e o depósito da versão final corrigida na biblioteca. O documento também menciona sanções para casos de plágio, garantindo a seriedade acadêmica do processo.

POLÍTICA DE PESQUISA

A política de pesquisa vem sendo implementada de acordo com o interesse científico dos(as) docentes do curso, incentivando a implantação de projetos que contribuam para o desenvolvimento da região, incluindo aqueles que contemplem parcerias com outras instituições de ensino básico, sejam públicas ou privadas. O curso prevê que o(a) aluno(a) participe como bolsista ou voluntário de atividades de pesquisa através das seguintes estratégias:

? Incentivo à criação de projetos de pesquisa.

? Incentivo e valorização da produção científica do corpo docente através de publicações de diferentes modalidades.

? Incentivo ao envolvimento dos(as) alunos(as) em projetos de pesquisa, preferencialmente como bolsistas de iniciação científica.

? Incentivo e apoio a participação de docentes e alunos em eventos científicos.

? Incentivo à formação de grupos de pesquisa.

Neste contexto, os estudos e pesquisas que se realizam no curso Letras - Português transitam pelas seguintes áreas de conhecimento: no âmbito da grande área ?Linguística, Letras e Artes?, há projetos desenvolvidos tanto no campo da Linguística quanto de Letras, os quais atravessam, em cada área, algumas de suas subáreas, quanto no âmbito do ensino.

Além disso, por entendermos que as ações formativas devem estar embasadas no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, consideramos importante destacar que as atividades de pesquisa dialogam com as atividades de ensino, resultando, muitas vezes, seja de reflexões/problematizações que emergiram na interação entre formadores(as) e formandos(as), em sala de aula, seja de atividades realizadas no âmbito dos estágios supervisionados, bem como, articulam-se intimamente a ou geram ações extensionistas, no âmbito de projetos coordenados pelos(as) professores(as) que compõem o corpo docente da Faculdade de Letras (FALE).

No curso de Licenciatura em Letras - Português da Universidade Federal do Pará, Campus Bragança, existem cinco grupos de pesquisa registrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico <https://lattes.cnpq.br/web/dgp>:

I. O Grupo de Pesquisa em Discurso e Relações de Poder (DIRE) que, desde 2017, concentra-se na análise de discursos sobre questões sociais, com ênfase em gênero, raça, etnia e classe social, utilizando abordagens interdisciplinares e engajamento social. Seus projetos exploram a complexidade das relações de poder e violência e, englobando tanto

graduandos quanto mestrandos, visa contribuir para uma compreensão mais profunda das dinâmicas discursivas que permeiam a sociedade contemporânea. Como forma de compartilhamento de experiência de pesquisa e promoção de diálogo, promove o Seminário de Pesquisa Discurso e Relações de Poder (SEDIRE).

II. O Núcleo de Estudos Sefarditas da Amazônia (NESA) voltado para o desenvolvimento de pesquisas na graduação e na pós-graduação é formado por professores de diversas áreas do conhecimento que têm, como objeto de pesquisa, investigações sobre a presença dos judeus na Amazônia. Este grupo pretende coadunar pesquisas sobre a língua, a cultura, a história e a literatura, referentes aos judeus, enfocando os processos de tradução cultural, situações de contato linguístico geradas em decorrência da presença judaica na Amazônia, relações de identidade e as suas práticas sociais. Busca-se divulgar e promover a literatura produzida por escritores judeus ou descendentes, radicados na Amazônia, bem como dar relevo à contribuição cultural judaica na Amazônia. Buscando divulgar as pesquisas e ações desenvolvidas no grupo, o NESA tem promovido os Seminários Internos do NESA (SINESA). Além disso, o trabalho em parceria com alunos(as) e professores(as) resultou na publicação de alguns livros, entre eles o "Catálogo dos escritores judeus da Amazônia", nas versões impressa (2023) e e-book (2024). Este está disponível, em acesso aberto, no site do projeto (nesa.ufpa.br) e na Biblioteca do campus de Bragança.

III. O Grupo de Estudos e Pesquisa em Ensino de Língua Portuguesa, Trabalho e Formação Docente (GEPELF) que, com as reflexões advindas de atividades realizadas pelos líderes do grupo e seus membros, participam de eventos científicos, de âmbito internacional, nacional e local, com comunicações orais e/ou publicação de resumos ou trabalhos completos em anais. Em 2020, um estudo do grupo possibilitou a publicação do livro "O que faz um 'bom' professor de Português?" (Editora Appris). O Gepelf também vem contribuindo no apoio e/ou organização de eventos, como a segunda e a terceira edições do Simpósio de Estágio de Língua Portuguesa, ocorridas em 2022 e 2023. Como resultado da segunda edição do evento, em 2023, foi publicado o livro "Estágios Supervisionados na transição do ensino remoto ao presencial em contexto pandêmico: superação e conquistas?". O Gepelf também tem parceria com projetos de extensão e laboratórios pedagógicos.

IV. O Grupo de Estudos Sertões na Literatura (SERLI), que objetiva estudos de crítica literária acerca do espaço sertão em literatura ao longo da historiografia literária brasileira (do Romantismo à Contemporaneidade). Isso significa uma vastidão de possibilidades, uma vez que são variados sertões que se configuram na prosa nacional, como variados são os artifícios de construção desse espaço como cenário de narrativas nacionais. Dessa maneira, diante todas essas possibilidades, os pesquisadores do grupo buscam sempre uma

perspectiva decolonial, objetivando dar voz ao sertão e aos sertanejos, espaço e gentes historicamente silenciados e estereotipados pelo restante da nação, sobretudo, sul e sudeste. Assim, os estudos do grupo vislumbram a construção de uma compreensão mais íntegra do sertão, espaço como qualquer outro, com problemas e possibilidades para quem nele vive.

V. Grupo de pesquisa: variação linguística na amazônia oriental (VARIAMO), coordenado pelo Dr. Jair Francisco Cecim da Silva, tem por objetivo central promover pesquisas na região de integração Caeté - Amazônia Oriental -, considerando as mais diversas subáreas dos estudos linguísticos, como por exemplo: estudos de variação e mudança linguísticas do português brasileiro, utilizado em comunidades quilombolas, comunidades pesqueiras, RESEX, entre outras; estudos em Sociolinguística educacional; estudos em Etnolinguística; estudos do léxico com foco na Lexicologia e Lexicografia.

Esses grupos e os projetos desenvolvidos pelos(as) pesquisadores(as) são valiosos instrumentos para iniciar os(as) estudantes do curso na pesquisa científica, além de contribuir para uma formação profissional mais sólida. Os projetos desenvolvidos na FALE são cadastrados ou estão em processo de cadastramento no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), o que oportuniza os(as) alunos(as) a concorrerem a bolsas em programas como: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), Programa Voluntário de Iniciação Científica (PIVIC).

Como forma de fomentar a divulgação científica, destacamos ainda a possibilidade de publicação de trabalhos resultantes do engajamento dos(as) alunos(as) do curso em atividades de ensino, pesquisa e/ou extensão, por meio da revista A Palavrada, disponível no endereço eletrônico: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/apalavrada> periódico oficial da Faculdade de Letras de Bragança. O periódico eletrônico tem como finalidade a construção de um espaço virtual que fomenta o diálogo entre as ciências da área das Humanidades, evidenciando a produção de conhecimentos locais, regionais, nacionais e internacionais. É intuito prioritário desse periódico promover encontros e incentivar a ciência e a divulgação de saberes de docentes e discentes desta e de outras instituições de ensino superior.

POLÍTICA DE EXTENSÃO

A Extensão é caracterizada como uma série de atividades educativas, culturais e científicas que permitem uma relação transformadora entre a Universidade e a sociedade. Essas atividades envolvem interações com a comunidade externa, com o objetivo de contribuir

para o desenvolvimento social, cultural, científico, tecnológico e material de setores prioritários ligados à educação, de acordo com os regulamentos e resoluções específicas.

Conforme as necessidades do curso de Letras - Português, a faculdade poderá, mediante aprovação do conselho, adotar essa flexibilização nas atividades de extensão, em consonância com o que prevê o parecer.

A UFPA reconhece a Extensão como uma atividade acadêmica fundamental para a formação integral dos(as) estudantes de graduação. Com base na Resolução n. 5.467, de 27 de janeiro de 2022, as Atividades Acadêmicas de Extensão são incorporadas à Matriz Curricular dos Cursos de Graduação, promovendo uma interação transformadora entre a universidade e a sociedade, por meio da produção e aplicação de conhecimentos em contextos reais.

As Atividades Acadêmicas de Extensão do curso de Letras - Português têm como objetivo desenvolver competências e habilidades que possibilitem aos(as) estudantes uma atuação crítica e reflexiva no espaço educativo e social. Essas atividades serão planejadas e executadas em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), articulando-se com as dimensões do ensino e da pesquisa, e estarão diretamente vinculadas à formação discente. As modalidades de Atividades Acadêmicas de Extensão incluem, mas não se limitam a, programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviços, sendo que todas devem estar vinculadas às políticas públicas e às necessidades das comunidades externas à UFPA. A avaliação dessas atividades será realizada pelos(as) docentes responsáveis, assegurando que as experiências extensionistas sejam efetivas e promovam o aprendizado significativo.

Os(As) discentes deste curso de licenciatura serão estimulados(as) a assumir um papel ativo nas atividades de extensão, colaborando com docentes na elaboração e execução de projetos que atendam às demandas da comunidade, favorecendo, assim, a formação de profissionais comprometidos(as) com o desenvolvimento social e educacional.

A faculdade conta com 5 (cinco) componentes de caráter extensionista, 4 (quatro) de 75h e 1(um) de 30h, totalizando 330 horas. Os componentes propõem a articulação entre teoria e prática no ensino de Língua Portuguesa em contextos comunitários e escolares envolvendo a elaboração e execução de projetos pedagógicos voltados para o desenvolvimento linguístico e cultural de comunidades locais, especialmente em áreas de vulnerabilidade social e educacional. Abordam a importância da formação cidadã, da educação crítica e do papel do(a) professor(a) de LP como agente de transformação social. Exploram práticas de ensino colaborativo, o respeito à diversidade linguística e cultural e a promoção de eventos e oficinas de leitura, escrita, oralidade e variação linguística, entre outros temas que se fizerem relevantes.

Além desta previsão de atividades de extensão durante a formação, os trabalhos e/ou

resultados obtidos a partir das atividades de ensino e pesquisa também poderão se transformar em atividades de extensão na forma de oficinas, seminários, palestras e minicursos apresentados pelos(as) alunos(as) a estudantes e professores(as) das redes oficiais de ensino da região bragantina e municípios circunvizinhos e/ou outros agentes sociais.

É relevante destacar o trabalho que vem sendo desenvolvido nos projetos de extensão coordenados por docentes do curso de Letras - Português e de outros cursos ofertados no campus de Bragança, nos quais os(as) licenciandos(as) participam ativamente como bolsistas ou voluntários(as), com ações voltadas tanto à melhoria do ensino nas escolas do município (cursos de preparação para processos seletivos; leitura dramatizada de textos, exibição de filmes e sua discussão, oficinas de produção de textos etc.), quanto ao fomento da formação das técnicas e habilidades de pesquisa dos(as) alunos(as).

Destacamos também a participação dos(as) estudantes do curso em eventos como: a) Jornada de Letras: um evento regional bianual que em 2024 chegou a sua 10ª edição; b) O Encontro Bragantino dos(as) Estudantes de Letras (EBEL), um evento de cunho acadêmico-extensionista, organizado por estudantes, o qual está em sua 7ª edição em 2024; c) Simpósio de Estágio de Língua Portuguesa, que em 2024 está em sua quarta edição, evento anual que proporciona a culminância das atividades de estágio supervisionado desenvolvidas nos dois semestres de cada ano e possibilita uma maior articulação entre estudantes, professores formadores(as) e da educação básica, ao fomentar reflexões sobre práticas de ensino de português na região bragantina. Tanto este evento quanto a Jornada de Letras são destinados aos(às) discentes da graduação, pós-graduação, docentes da educação básica, desta IFES e externos(as).

Além disso, por entendermos que as ações formativas devem estar embasadas no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, consideramos importante destacar que as atividades extensionistas se articulam às ações desenvolvidas no âmbito de projetos coordenados pelos(as) professores(as) que compõem o corpo docente da FALE. Historicamente, os(as) licenciandos(as) de Letras ? Língua Portuguesa têm participado ativamente de vários projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão, como é o caso dos atuais projetos desenvolvidos por docentes que compõem a FALE, citados neste documento.

Além dos projetos já referidos, destacamos o projeto de extensão aprovado no ano de 2023 em edital do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX): (I) ?LETRARTE?, coordenado pelo Dr. Sérgio Wellington Freire Chaves; (II) ?Audiovisual: o cinema como recurso didático?, em funcionamento há mais de 12 anos, coordenado pelo Dr. Benedito Ubiratan de Sousa Pinheiro Júnior; (III) ?A gente não quer só Chibé?, coordenado pela Dr^a Alessandra Fabrícia Conde. Esses projetos são importantes instrumentos para uma formação

mais sólida, ampla e interdisciplinar dos(as) alunos(as) do curso além de promoverem impacto social significativo para a comunidade local. As ações extensionistas são fomentadas institucionalmente a partir de programas como Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX).

POLÍTICA DE INCLUSÃO SOCIAL

A Universidade Federal do Pará (UFPA) possui, em seus cursos de graduação e pós-graduação, um número significativo de estudantes e docentes com deficiência. Visando à inclusão plena dessas pessoas, a UFPA implementa uma série de ações e serviços que promovem a igualdade nos espaços acadêmicos e a Coordenadoria de Acessibilidade (Coaccess), vinculada à Superintendência de Assistência Estudantil (Saest), desempenha papel fundamental nesse processo, buscando garantir os direitos das pessoas com deficiência no ensino superior:

- a) Acesso à Comunicação: Para atender às necessidades de estudantes com deficiência auditiva, a UFPA oferece serviços de tradução e interpretação em Língua Brasileira de Sinais (Libras). Esse serviço, prestado por profissionais capacitados, pode ser solicitado por professores(as), técnicos e alunos(as) para interpretação em sala de aula, em atividades acadêmicas gerais, além da tradução de textos escritos.
- b) Transcrição em Braille: A universidade também disponibiliza o serviço de transcrição de materiais para o Sistema Braille, destinado a pessoas com deficiência visual. Este recurso abrange materiais didáticos, livros, apostilas, partituras, mapas, placas de localização, entre outros, e pode ser solicitado pelas Unidades Acadêmicas.
- c) Tecnologia Acessível: A instalação de leitores de tela em computadores é outro serviço disponível para pessoas com deficiência visual. Essa tecnologia permite a leitura de conteúdo textual através de comandos sonoros. Além disso, a UFPA oferece o serviço de audiodescrição, uma modalidade de tradução audiovisual de imagens, acessibilizando informações contidas em fotografias, cartazes, slides, gráficos, vídeos e eventos culturais.
- d) Acompanhamento Multiprofissional: Estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e deficiência intelectual têm à disposição um acompanhamento especializado e individualizado, realizado por pedagogos(as), psicólogos(as) e terapeutas ocupacionais. Esse serviço visa adaptar as atividades acadêmicas às particularidades dos estudantes, além de promover formações metodológicas para discentes das turmas, professores(as), familiares e faculdades envolvidas.

e) **Acessibilidade Arquitetônica:** Para garantir a mobilidade de pessoas com deficiência física, a Coaccess orienta sobre a legislação e as adequações técnicas necessárias para a construção de espaços acessíveis. Esse serviço também promove a identificação de locais acessíveis para pessoas com deficiência auditiva e visual, facilitando a locomoção nas áreas internas e externas da UFPA.

f) **Monitoria:** Para atender às especificidades de cada aluno(a) com deficiência, a UFPA disponibiliza monitoria realizada por estudantes bolsistas, capacitados para auxiliar na execução das atividades acadêmicas. Esse serviço é oferecido por meio do Programa Bolsa Acadêmica de Acessibilidade.

g) **Incentivos:** A UFPA oferece o Auxílio Kit PcD, destinado à aquisição de tecnologia assistiva para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Além disso, o Auxílio Permanência PcD auxilia no custeio de transporte, alimentação e material didático. Em parceria com a Pró-Reitoria de Pesquisa (Propesp), a Coaccess também oferta bolsas de iniciação científica para discentes com deficiência.

h) **Acompanhamento Psicoeducacional:** Estudantes com deficiência que enfrentam dificuldades emocionais que impactem suas atividades acadêmicas podem contar com o acompanhamento psicoeducacional, oferecido por profissionais de Psicologia da Saest e dos Núcleos de Acessibilidade.

i) **Acessibilidade Multicampi:** Para garantir que todos os(as) estudantes com deficiência sejam assistidos(as), alguns campi da UFPA já contam com Núcleos de Acessibilidade dedicados, como em Altamira, Castanhal, Cametá, Abaetetuba, Tucuruí e Bragança. Nos demais campi, as ações de acessibilidade são realizadas com o apoio das Divisões de Assistência Estudantil (Daests).

j) **Solicitação de Serviços:** Os serviços oferecidos pela Coordenadoria de Acessibilidade da Saest podem ser solicitados por meio do preenchimento de requerimentos disponíveis no portal oficial da Saest: [<http://saest.ufpa.br/coaccess/index.php/solicitacoes>][<http://saest.ufpa.br/coaccess/index.php/solicitacoes>].

k) **Cotas sociais e étnico - raciais:** As políticas de cotas na Universidade Federal do Pará (UFPA) fazem parte de um sistema de ações afirmativas que visa promover a inclusão e a igualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior. Desde 2008, a UFPA reserva 50% das vagas para estudantes que completaram o ensino médio em escolas públicas, incluindo cotas específicas para pessoas pretas, pardas e indígenas. Além disso, há reservas para estudantes de baixa renda e pessoas com deficiência. A implementação dessas políticas foi consolidada com a Lei de Cotas em 2012, que reforçou a importância da diversidade e da

inclusão no ambiente acadêmico. A UFPA também desenvolve processos seletivos especiais para grupos como indígenas, quilombolas e imigrantes, buscando atender às necessidades de populações em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Além disso, a UFPA oferece suporte psicossocial e jurídico para pessoas que enfrentam violências raciais, de gênero e LGBTfobia.

Com base no exposto, a UFPA reafirma seu compromisso com a inclusão social e o atendimento de qualidade, conforme disposto na legislação vigente, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e a Lei nº 12.764/2012, que assegura os direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista.

Por ser um curso de licenciatura formador de professores(as) para atuar no sistema de ensino básico, o curso de Letras - Português prevê a inclusão de alunos(as) com deficiência, cujos direitos encontram-se garantidos por lei. Isso implica na instrumentalização docente, de um lado, e discente, do outro. Em outras palavras, implica a criação de estratégias tanto para receber e ensinar esses alunos(as) ao longo da graduação quanto para preparar os futuros professores(as) de Língua Portuguesa a lidar com as diferentes necessidades de seus próprios alunos. Pensa-se aqui em necessidades que vão desde os diferentes estilos de aprendizagem, déficit de atenção e hiperatividade até alunos com deficiência ou dislexia.

Este PPC propõe ação prevista a respeito da inclusão da atividade curricular que conte com os conhecimentos sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Além disso, entendemos que cursos de extensão universitária, como simpósios, congressos ou fóruns também podem constituir espaço para a instrumentalização de docentes e graduandos em relação à inclusão das pessoas com necessidades especiais.

O novo projeto do curso reforça as políticas de inclusão ao inserir no seu desenho curricular as disciplinas "Estágio Supervisionado VI - Língua Portuguesa e suas literaturas em contextos de inclusão", "Literatura, Cultura e etnicidade", esta última atendendo à lei 11.645/2008 e "Educação inclusiva". Vale acrescentar que o Campus de Bragança já vem reivindicando melhorias quanto à acessibilidade por meio do Projeto de Urbanização do Campus e aquisição de recursos específicos, tais como lupas, máquinas de Braille, entre outros, para instrumentalização do laboratório de inclusão da unidade acadêmica.

POLÍTICA DE EGRESSO

A Política de Acompanhamento de Egressos(as) do curso de Letras - Português em Bragança-PA será um instrumento essencial para garantir a manutenção da qualidade da

formação oferecida e sua adequação ao contexto social e educacional da região. O monitoramento constante da trajetória dos(as) egressos(as) permitirá à UFPA aprimorar seu papel no desenvolvimento da educação, fortalecendo os laços com a comunidade e promovendo a valorização da diversidade cultural e linguística da Amazônia Atlântica.

A Política de Acompanhamento de Egressos(as) do curso de Letras - Português da Universidade Federal do Pará (UFPA), campus de Bragança, tem como objetivo principal manter um vínculo contínuo com os(as) ex-alunos(as), de modo a acompanhar suas trajetórias profissionais e acadêmicas, além de avaliar a contribuição do curso na formação de profissionais qualificados(as). Tal política busca não apenas monitorar a inserção dos(as) egressos(as) no mercado de trabalho, mas também fortalecer a conexão entre a universidade e os(as) ex-alunos(as), promovendo uma troca de experiências e retroalimentando o processo formativo do curso.

O acompanhamento dos(as) egressos(as) tem, portanto, a finalidade de avaliar o impacto, no campo profissional, da formação recebida durante a graduação, especialmente na área da Educação Básica, predominantemente em escolas da região de Bragança e das comunidades estuarinas e ribeirinhas do entorno. Além disso, a política se propõe a identificar lacunas de formação e necessidades de atualização, oferecendo oportunidades de formação continuada, por meio de cursos e oficinas, que sejam alinhadas às demandas dos egressos e às exigências do mercado de trabalho local.

A principal estratégia para esse acompanhamento será a criação de um banco de dados atualizado com informações dos(as) egressos(as), incluindo sua área de atuação, local de trabalho e interesse por cursos de especialização ou atualização. Essa base de dados permitirá um monitoramento da inserção profissional dos(as) ex-alunos(as) e fornecerá subsídios para pesquisas periódicas sobre suas percepções em relação à formação recebida. Tais pesquisas serão realizadas por meio de questionários online e entrevistas semiestruturadas, que buscarão captar tanto dados quantitativos quanto qualitativos sobre as experiências dos(as) egressos(as) ao retornarem como profissionais para sociedade.

Para garantir a efetividade dessa política, a FALE planeja promover ações contínuas de formação e eventos que envolvam os(as) ex-alunos(as), como seminários, palestras, encontros anuais e outras atividades que fortaleçam a rede de egressos e estimulem o compartilhamento de boas práticas. A criação de uma Rede de Egressos(as) facilitará a comunicação entre a universidade e os(as) ex-alunos(as), permitindo que estes(as) se mantenham informados sobre as oportunidades acadêmicas e os eventos oferecidos pela instituição.

Além disso, a faculdade já conta com uma página no Instagram ([fale.cbrag](https://www.instagram.com/fale.cbrag)) que traz

atualizações sobre o curso, novidades acadêmicas, divulgação de cursos de formação continuada e convites para eventos e planeja ampliar a atuação por meio de uma comunidade em redes sociais como o Facebook e/ou WhatsApp. Dessa forma, espera-se manter os(as) egressos(as) conectados(as) ao ambiente universitário, incentivando seu retorno à universidade como agentes de transformação e parceiros(as) em projetos de ensino, pesquisa e extensão.

A metodologia de avaliação dessa política incluirá indicadores como a taxa de resposta às pesquisas, o número de egressos(as) cadastrados(as) e sua participação em eventos promovidos pela universidade. Além disso, os resultados das pesquisas serão utilizados para ajustes no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), garantindo que a formação oferecida continue a atender às demandas regionais e às necessidades do mercado de trabalho, com foco especial no desenvolvimento educacional e cultural das comunidades locais.

Em termos de cronograma, a implementação da política prevê, no primeiro semestre de 2025, a criação da plataforma de cadastro e a elaboração do primeiro questionário de acompanhamento. No segundo semestre, será realizada a primeira pesquisa de acompanhamento dos(as) egressos(as) e, com base nos resultados, serão oferecidos cursos de formação continuada.

Em síntese, a Política de Acompanhamento de Egressos(as) do curso de Letras - Português em Bragança tem como meta garantir que a formação oferecida continue relevante para o desenvolvimento da educação local, promovendo um ciclo de melhoria contínua entre a universidade e seus(suas) ex-alunos(as), com vistas ao fortalecimento da educação e da cultura na região caeteuara da Amazônia Atlântica.

PLANEJAMENTO DO TRABALHO DOCENTE

Este projeto pedagógico prevê que o planejamento do trabalho docente aconteça antes do início de cada período letivo, respeitando o que for estabelecido no calendário acadêmico da instituição. Esse momento do planejamento será constituído no formato de reunião, com a participação da Direção da Faculdade, dos(as) docentes e dos(as) representantes discentes das turmas e será embasado nos eixos estruturantes do currículo. A discussão incluirá exposição resumida e avaliação do período precedente, buscando detectar necessidades e possibilidades de melhoria do processo de ensino e aprendizagem, bem como apresentação, pelos(as) professores(as), dos planos de ensino de cada atividade curricular, para apreciação e eventuais reformulações.

Durante o planejamento acadêmico, a fim de contribuir para o necessário processo de transposição didática dos conhecimentos universitários, propõe-se, como estratégias metodológicas, além da aula expositiva, aqui tomada em uma perspectiva dialógica: pesquisas bibliográficas, relatos de experiência, estudos de caso, seminários, palestras, análise e produção de textos orais, escritos e multimodais, elaboração de projetos de ensino, elaboração de artigos científicos, planejamento e aplicação de oficinas e minicursos. Ao final de cada período letivo, será organizada uma socialização das produções de professores(as) e estudantes desenvolvidas no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, apresentadas na forma de um seminário integrador do curso, com comunicações orais, palestras, oficinas, e outras atividades similares.

O percurso formativo previsto para a integralização do curso de Licenciatura em Letras - Português será desenvolvido, em sua totalidade, na modalidade presencial. O currículo de formação profissional aqui proposto busca estabelecer a relação entre a realidade dos contextos em que se desenvolve o trabalho docente e as disciplinas e atividades desenvolvidas no percurso formativo do curso. Nessa perspectiva, possibilitaremos a articulação entre conhecimentos teóricos e investigação/reflexão sobre objetos/fenômenos/questões pertinentes ao desenvolvimento profissional, cultural e pessoal dos(as) discentes.

Do ponto de vista metodológico, partimos da premissa de que a pesquisa configura-se como ferramenta potente para instaurar o diálogo e, assim, funciona como estratégia formativa, visando à construção da identidade docente, materializada em um profissional investigativo e reflexivo, capacitado, pois, para aliar os conhecimentos teóricos de sua formação universitária aos saberes/fazeres da experiência cotidiana, construídos nos espaços educativos escolares e não escolares. Dessa forma, pretendemos possibilitar ao(à) licenciando(a) as condições para que seja capaz de analisar, levantar hipóteses explicativas e propor soluções para diferentes situações educacionais vivenciadas.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO

A. AVALIAÇÃO DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

O processo avaliativo, na conjuntura atual, no que tange ao ponto de vista do(a) discente, não pode mais ser concebido como um fim em si mesmo, ou seja, mero instrumento de

aferição dos conhecimentos adquiridos através de notas e/ou conceitos, mas sim como instrumento que visa fundamentalmente avaliar formativamente o(a) aluno(a), levando em consideração as diversas modalidades avaliativas (diagnóstica, sumativa, formativa, etc) e as diversas funções (certificar, diagnosticar, formar, etc). Essa avaliação discente não pode prescindir de dois princípios avaliativos importantes na formação do(a) discente: a autoavaliação, já que, como dissemos anteriormente, o(a) aluno(a) é o alvo de todo o processo; assim como a participação dele(a) nas múltiplas dimensões da vida acadêmica (atividades culturais, científicas, de pesquisa, extensão e ensino). Assim, "[...] parece-nos coerente que tais dimensões sejam incluídas não só porque a diversificação de experiências formativas constitui hoje exigências do mercado de trabalho, mas, sobretudo, porque tal diversificação prepara o sujeito para lidar com diferentes demandas da vida profissional?" (Cadernos da PROEG, nº 7, p.57).

Nessa direção, ao término de cada período letivo, será feita a avaliação qualitativa e quantitativa das atividades curriculares realizadas em cada disciplina, bem como o planejamento das atividades curriculares subsequentes previstas neste PPC, envolvendo todos os(as) docentes. Isso implica dizer que o projeto apresenta uma organização flexível, podendo sofrer modificações quanto à forma, conteúdo e aplicações, em suas várias dimensões, decorrentes do processo de avaliação.

AVALIAÇÃO DO ENSINO

Conforme a LDB, Lei nº 9.394/1996, em seu Artigo 9º, incisos VIII e IX, é responsabilidade do Governo Federal assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, bem como autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar os cursos dessas instituições e os estabelecimentos desses sistemas de ensino.

Nesse âmbito, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, tem por objetivo "assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, nos termos do artigo 9º, VI, VIII e IX, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996". Como parte do SINAES, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) é o responsável pela avaliação do ensino superior no Brasil, por meio da realização de um conjunto de avaliações, que integram três modalidades principais de instrumentos avaliativos, aplicados em diferentes momentos, conforme legislação vigente:

a) Avaliação das Instituições de Educação Superior (AVALIES): constitui o centro de

referência e articulação do sistema de avaliação: (a) autoavaliação e (b) avaliação externa.

b) Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG): avalia os cursos de graduação por meio de instrumentos e procedimentos que incluem visitas in loco feitas por comissões externas.

c) Avaliação do Desempenho dos(as) Estudantes (ENADE das licenciaturas): realização de estudos amostrais junto a estudantes nos anos finais do curso com avaliação teórica e prática.

O conjunto de dados resultantes dessas avaliações constitui o referencial básico dos processos de regulação e supervisão da educação superior, neles compreendidos o credenciamento e a renovação de credenciamento de instituições de educação superior, a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos de graduação? (Lei 10.861, art. 2º, parágrafo único).

Quanto aos processos de avaliação interna no âmbito das Instituições de Ensino Superior, públicas e privadas, o SINAES estabelece que cada instituição deve constituir uma Comissão Própria de Avaliação (CPA), obedecendo às seguintes diretrizes: constituição por ato do dirigente máximo da instituição de ensino superior, ou por previsão no seu próprio estatuto ou regimento, assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, e vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos; atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UFPA tem como propósito:

[...] tornar a prática da avaliação institucional uma ação norteadora na tomada de decisões, gerando reflexão permanente das ações na Universidade. Pretende-se, assim, fortalecer as relações da Universidade com a comunidade interna e com a sociedade civil, enfatizando que o propósito da auto-avaliação na UFPA tem caráter globalizante porque envolve: institutos, faculdades, núcleos e a comunidade que pode e deve utilizar os benefícios que a UFPA gera, a partir dos seus cursos e de todas as outras atividades universitárias e interativo, vez que o processo e sua síntese deverão promover a integração das leituras e das atividades institucionais, entendidas como partes que se interagem. (Texto disponível no endereço <http://www.cpa.ufpa.br/>).

No âmbito da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação da UFPA, há a Diretoria de Desenvolvimento do Ensino (DIDEN), formada pela Coordenadoria de Avaliação e Currículo (CAC), Coordenadoria de Acompanhamento das Atividades Docentes (CAAD), Coordenadoria de Apoio ao Discente (CADIS) e Coordenadoria de Educação Básica e

Profissional (CEBP). Essas subunidades atuam em todos os segmentos do ensino e trabalham conjuntamente visando ao aperfeiçoamento das atividades de Ensino e Gestão Acadêmica. A DIDEN acompanha e avalia as políticas de ensino de graduação da UFPA em articulação com as Unidades de Subunidades acadêmicas, além de manter diálogo permanente com os Institutos, Faculdades e Campi, na busca do aperfeiçoamento das políticas de Ensino. Para operacionalizar essas ações, a PROEG utiliza os seguintes instrumentos: Avaliação dos Componentes Curriculares; Avaliação da Vivência Acadêmica ? aspectos gerais da Universidade; Avaliação dos Cursos, por Coordenadores de Graduação, Coordenadores de Pós-Graduação; Avaliação da Biblioteca; e Avaliação da Comunidade Externa.

Em fevereiro de 2018, a UFPA, com o intuito de melhorar o ensino, lançou o Avalia, um instrumento de avaliação por meio do qual docentes e discentes poderão opinar sobre o ensino ofertado pela Universidade. O sistema fica aberto por períodos determinados, permitindo que, ao realizar a matrícula ou lançar os conceitos, alunos e professores, respectivamente, preencham o questionário de avaliação da graduação, disponível no SIGAA. Segundo o pró-reitor de Ensino de Graduação, à época, professor Edmar Costa, esse instrumento permitiria ao(à) estudante fazer sua autoavaliação, avaliar a infraestrutura disponível ao curso para as aulas e a ação docente, em cada disciplina que cursou, permitiria também ao(à) professor(a) realizar sua autoavaliação, em relação a cada disciplina que ministrou, bem como avaliar a infraestrutura disponível e cada turma com a qual trabalhou no período letivo. Os resultados do processo avaliativo servem para identificar os aspectos favoráveis e desfavoráveis à aprendizagem, servindo como consolidação dos pontos fortes e também para a definição de estratégias de superação dos pontos fracos do ensino na Universidade. Posteriormente, os dados também devem ser analisados de forma qualitativa e quantitativa nos campi e institutos e compete às faculdades discuti-los de forma ampla com os sujeitos da avaliação, verificando soluções possíveis para os problemas apresentados.

B. AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

O Projeto Pedagógico do Curso de Letras - Português da UFPA, campus de Bragança, será considerado como objeto de avaliação contínua e permanente pela comunidade acadêmica. Com isso, a avaliação do curso e do PPC será realizada periodicamente por meio de dois principais mecanismos: o Questionário de Avaliação do Ensino da Graduação (Avalia) e o Fórum Docente e Discente do curso de Letras-Português, bem como os resultados do

ENADE das Licenciaturas.

Os dados do Avalia permitirão que o NDE interprete os resultados apresentados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UFPA, a respeito de alunos(as) e professores(as) nos componentes ministrados a cada semestre. As informações serão apresentadas por meio de relatórios, que servirão como base para eventuais atualizações ou reestruturações do Projeto Pedagógico do Curso e do planejamento das atividades docentes. Já o Fórum será organizado anualmente e reunirá professores(as) do curso, licenciandos(as), egressos(as) e professores(as) da Educação Básica para discutir o desempenho acadêmico, revisar as metas pedagógicas e sugerir ajustes necessários no PPC. Durante esses encontros, serão analisados os resultados de avaliações internas e externas, o feedback dos(as) acadêmicos(as) e docentes, além de indicadores de desempenho acadêmico e empregabilidade.

DIMENSÃO 2 - CORPO DOCENTE E TUTORIAL

A. DOCENTES

Nome	Titulação máxima	Área de Concentração	Regime de Trabalho
Alessandra Fabrícia Conde da Silva	Doutor	LITERATURA	Dedicação Exclusiva
Benedito Ubiratan de Sousa P. Júnior	Doutor	LITERATURA E LINGUÍSTICA	Dedicação Exclusiva
Everton Luis Farias Teixeira	Doutor	LITERATURA	Dedicação Exclusiva
Jair Francisco Cecim da Silva	Doutor	Língua Portuguesa e Linguística	Dedicação Exclusiva
Joel Cardoso da Silva	Doutor	LITERATURA	Dedicação Exclusiva
Liliane Batista Barros	Doutor	LITERATURA	Dedicação Exclusiva
Maria da Conceição Azevêdo	Doutor	Língua Portuguesa e Estágio	Dedicação Exclusiva
Maria Helena Rodrigues Chaves	Mestre	Língua Portuguesa e Estágio	Dedicação Exclusiva
Rodrigo Milhomem de Moura	Doutor	Língua Portuguesa e Estágio	Dedicação Exclusiva
Rosa Helena Sousa de Oliveira	Mestre	LITERATURA	Dedicação Exclusiva
Rosângela do Socorro Nogueira de Sousa	Doutor	LINGUÍSTICA	Dedicação Exclusiva
Sérgio Wellington Freire Chaves	Doutor	LITERATURA	Dedicação Exclusiva
Tabita Fernandes da Silva	Doutor	Língua Portuguesa e Linguística	Dedicação Exclusiva

B. TÉCNICOS

O corpo de servidores técnico-administrativos e bolsistas, que realiza funções importantes tanto nos serviços de secretaria e quanto em nossos laboratórios, está ligado ao CBRAG (Campus de Bragança) que conta atualmente com três técnicos, sendo 4 secretários, atuando na Secretaria Integrada de Graduação - que funciona ininterruptamente durante todo o período de aulas, para atender a professores(as) e alunos(as) de todos os cursos.

Marcelo do Vale Oliveira - Técnico em Assuntos Educacionais -Dedicação exclusiva

Miguel Pereira de Sousa - Secretaria Integrada -Dedicação exclusiva

Nádia Sueli Araujo da Rocha - Técnica em Assuntos Educacionais -Dedicação exclusiva

Antonio Renan Silva da Costa - Secretaria Integrada -Dedicação exclusiva

Bruno Hilário da Silveira Alves - Secretaria Integrada -Dedicação exclusiva

Rubenilson Procópio Brito - Secretaria Integrada -Dedicação exclusiva

Marta do Socorro Moura - Tradutor e Intérprete de Libras -Contratada

DIMENSÃO 3 - INFRAESTRUTURA

A. INSTALAÇÕES

Descrição	Tipo de Instalação	Capacidade de Alunos	Utilização	Quantidade
Salas de aulas destinadas aos alunos	Sala	40	Aula	17
Sala destinada a encontros e orientações do projeto de Letramentos acadêmicos.	Laboratório	30	Orientação acadêmica	1
Sala destinada à direção e vice direção.	Secretaria	4	Administrativa	2

B. RECURSOS MATERIAIS

Instalação	Equipamento	Disponibilidade	Quantidade	Complemento
Sala destinada à direção e vice direção.	Impressora	Cedido	1	
	computador	Cedido	2	
Sala destinada a encontros e orientações do projeto de Letramentos acadêmico.	datashow	Cedido	1	
Salas de aulas destinadas aos alunos	datashow	Cedido	3	

C. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, José Carlos. Pedagogia da inclusão: um novo olhar sobre a educação. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

BRASIL. Base Nacional Comum da Formação de Professores. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2024.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes para a Curricularização da Extensão. Resolução CNE/CP nº 1, de 6 de abril de 2018. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017. Brasília, DF: MEC, 2017.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e

Indígena? no currículo oficial da rede de ensino. Brasília, DF: Presidência da República, 2008.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação para o Projeto Político Pedagógico. Brasília, DF: MEC, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF: MEC, 2004.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para incluir a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília, DF: Presidência da República, 2003.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação: Parecer CNE/CES nº. 67, 2003. Brasília, DF: MEC, 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2004. Alteração do Art. 15 da Resolução CNE/CP 1/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília, DF: MEC, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria MEC nº 3.284, de 5 de agosto de 2003. Dispõe sobre a inclusão de portadores de necessidades especiais. Brasília, DF: MEC, 2003.

BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei do Senado nº 473 (substitutivo), de 2003. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Brasília, DF: Senado Federal, 2003.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação: Resolução CNE/CP nº. 1, de 18 de fevereiro de 2002. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília, DF: MEC, 2002.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002. Duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação

de professores da Educação Básica em nível superior. Brasília, DF: MEC, 2002.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação: Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE)/CES 583/2001. Brasília, DF: MEC, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria MEC nº 2.253, de 19 de dezembro de 2001. Dispõe sobre disciplinas não-presenciais. Brasília, DF: MEC, 2001.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília, DF: Senado Federal, 1999.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Capítulo VI - Artigos 43 a 67. Brasília, DF: Senado Federal, 1996.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Artigos 205 a 214. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CANDAU, Vera. Rumo a uma nova Didática. Petrópolis: Vozes, 1989.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 34. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

NÓVOA, António. Professores: libertar o futuro. São Paulo: Diálogos Embalados, 2023. 140 p.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência. São Paulo, Cortez Editora, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Plano de Desenvolvimento Institucional, 2011-2015. Belém, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Regulamento do Ensino de Graduação, 2008/2013. Belém, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Diretrizes curriculares para os cursos de

graduação da UFPA. Belém, 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. UFPA apresenta ações de inclusão para as Pessoas com Deficiência. Disponível em: <https://portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias2/11932-ufpa-apresenta-acoes-de-inclusao-p-ara-as-pessoas-com-deficiencia>. Acesso em: 15 out. 2024. Publicado em: 18 set. 2020. Texto e arte: Divulgação Saest/UFPA.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. (n.d.). Políticas de Ações Afirmativas. Disponível em: <https://ufpa.br/politicas-de-acoes-afirmativas/> Acesso em: 15 DE OUTUBRO DE 2024.